


O PAPEL FEMININO NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA: IMAGINÁRIO CRISTÃO, CONTROLE PATRIARCAL E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA**THE ROLE OF WOMEN IN COLONIAL BRAZILIAN SOCIETY: CHRISTIAN IMAGINARY, PATRIARCHAL CONTROL, AND PRACTICES OF RESISTANCE** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-037>**Bruna Danielle Mendes Lobato Melonio**

Graduada em História (Licenciatura)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail: brunad.melonio@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2402276128478627>

Elisângela Coelho Morais

Doutora em História e Conexões Atlânticas
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail: elishst2@gmail.com

Lília Mendes Lobato

Doutoranda em Educação na Amazônia
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Graduada em História (Licenciatura)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail: liliamendeslobato@gamil.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2591925775652418>

RESUMO

A história das mulheres no Brasil colonial revela uma complexa rede de controles sociais, culturais e religiosos que condicionou seus corpos, sua sexualidade e suas possibilidades de atuação na sociedade. Este artigo objetiva analisar, em perspectiva histórica, como a dicotomia entre a mulher-Eva e o ideal mariano, construída no imaginário cristão medieval e atualizada no Brasil colonial, se prolonga e se reconfigura no Brasil contemporâneo, funcionando tanto como mecanismo de legitimação de normas de gênero quanto como repertório simbólico reinterpretado por mulheres e grupos que buscam maior autonomia. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, baseada em obras de referência sobre História das Mulheres, História do Imaginário e Idade Média, como Barros (2004), Duby (2009; 2013), Le Goff (2006; 2013), Macedo (2002), Priore (2004), Zierer (2017), além da Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (1935). A análise evidencia como a dicotomia medieval entre a mulher-pecadora (Eva) e a mulher-santa (Maria) foi atualizada no Brasil colonial, legitimando um modelo patriarcal de controle da sexualidade, do casamento e da maternidade. Mostra-se, ainda, que, apesar da forte repressão, emergiram práticas de resistência, como relações homossexuais femininas e apropriações ambíguas de discursos religiosos e mágicos. Conclui-se que o ideal feminino cristão, elaborado no medievo, foi transplantado e ressignificado no universo colonial, permanecendo como dispositivo de memória e normatização de gênero até a contemporaneidade.

Palavras-chave: Brasil colonial; Mulheres; Imaginário medieval; Controle social; Gênero.



ABSTRACT

The history of women in colonial Brazil reveals a complex network of social, cultural, and religious controls that conditioned their bodies, their sexuality, and their possibilities for participation in society. This article aims to analyze, from a historical perspective, how the dichotomy between the woman-Eve and the Marian ideal, constructed in the medieval Christian imagination and updated in colonial Brazil, is prolonged and reconfigured in contemporary Brazil, functioning both as a mechanism for legitimizing gender norms and as a symbolic repertoire reinterpreted by women and groups seeking greater autonomy. Methodologically, this is a qualitative research, of a bibliographic and documentary nature, based on reference works on the History of Women, the History of the Imaginary, and the Middle Ages, such as Barros (2004), Duby (2009; 2013), Le Goff (2006; 2013), Macedo (2002), Priore (2004), Zierer (2017), in addition to the First Visitation of the Holy Office to parts of Brazil (1935). This analysis reveals how the medieval dichotomy between the sinful woman (Eve) and the holy woman (Mary) was updated in colonial Brazil, legitimizing a patriarchal model of control over sexuality, marriage, and motherhood. It also shows that, despite strong repression, resistance practices emerged, such as female homosexual relationships and ambiguous appropriations of religious and magical discourses. It concludes that the Christian feminine ideal, elaborated in the Middle Ages, was transplanted and reinterpreted in the colonial world, remaining as a device of memory and gender normalization to the present day.

Keywords: Colonial Brazil; Women; Medieval imaginary; Social control; Gender.



1 INTRODUÇÃO

A história das mulheres no Brasil colonial constitui um campo privilegiado para compreender as formas de controle e violência de gênero que marcam a formação da sociedade brasileira. Entre os séculos XVI e XVII, indígenas, africanas escravizadas e mulheres brancas foram fundamentais para o funcionamento da vida econômica, doméstica e comunitária, mas tiveram seus corpos e sua sexualidade rigidamente vigiados por um sistema patriarcal ancorado em normas civis, eclesiásticas e costumes de matriz cristã. Esse controle, entretanto, não nasce apenas na realidade colonial: ele se apoia em um imaginário cristão de longa duração, herdado da Idade Média, em que a figura feminina é construída a partir de uma forte dicotomia simbólica entre Eva, associada ao pecado, à desobediência e à desordem, e a Virgem Maria, exaltada como modelo de pureza, maternidade e obediência (Duby, 2013; Le Goff; Truong, 2006; Barros, 2004; Zierer, 2017).

Na sociedade colonial luso-brasileira, essa gramática simbólica medieval foi apropriada e ressignificada para legitimar mecanismos de classificação e repressão da sexualidade feminina. De um lado, consolidou-se um repertório de “mulheres-Eva”, no qual eram enquadradas indígenas estigmatizadas como lascivas, africanas escravizadas submetidas à exploração sexual, mulheres em situação de prostituição, supostas feiticeiras e aquelas acusadas de sodomia feminina, frequentemente perseguidas pelo Santo Ofício (Priore, 2004; Silva, 2014; PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO, 1935). De outro, difundiu-se um ideal de “mulher mariana”, esposa recatada, mãe devota, dócil e submissa, reforçado pelos discursos da Igreja, pelas práticas de recolhimento feminino e pela moral patriarcal que fazia da domesticidade e da maternidade o ápice da trajetória aceitável para as mulheres.

Contudo, esse imaginário não se esgota no período colonial. Na atualidade, o ideal mariano, em contraposição ao modelo de mulher-Eva, continua a atravessar diversas manifestações culturais e religiosas no Brasil, funcionando como um dispositivo de memória que legitima expectativas e regula comportamentos de gênero. Apesar de disputar espaço com narrativas feministas, com legislações de igualdade e com a crescente diversidade religiosa, esse arquétipo permanece influente, sendo constantemente reinterpretado por mulheres e grupos que buscam maior independência, o que evidencia a persistência e a ressignificação desse modelo medieval no Brasil contemporâneo.

Coloca-se, assim, uma problemática que pode ser sintetizada na seguinte questão norteadora: Como a dicotomia entre a mulher-Eva e o ideal mariano, forjada no imaginário cristão medieval, foi apropriada na sociedade colonial luso-brasileira e se reconfigura no Brasil contemporâneo, operando simultaneamente como mecanismo de legitimação de normas de gênero e como repertório simbólico de contestação à ordem patriarcal?

Nesse contexto, o objetivo central deste artigo é analisar, em perspectiva histórica, como a dicotomia entre a mulher-Eva e o ideal mariano, construída no imaginário cristão medieval e atualizada no Brasil



colonial, se prolonga e se reconfigura no presente, operando ao mesmo tempo como mecanismo de legitimação de normas de gênero e como repertório simbólico apropriado e reelaborado por sujeitos que tensionam e contestam a ordem patriarcal.

Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, ancorada em autores da História das Mulheres e da História do Imaginário (Barros, 2004; Duby, 2013; Le Goff; Truong, 2006; Priore, 2004; Silva, 2014; Zierer, 2017) e em fontes como relatos de viajantes e documentos inquisitoriais, em especial a Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (1935), articulando, assim, o arco temporal: Idade Média; Brasil colonial; Brasil contemporâneo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O IMAGINÁRIO CRISTÃO MEDIEVAL E A CONSTRUÇÃO DICOTÔMICA DO FEMININO

Para compreender a forma como as mulheres foram percebidas no Brasil colonial, é indispensável considerar o imaginário medieval que antecede e sustenta muitas das representações femininas presentes na cultura luso-brasileira. Diversas visões produzidas na Idade Média atravessaram o período colonial e ainda hoje deixam marcas na cultura brasileira. Nesse contexto, consolidou-se uma dicotomia nas imagens atribuídas às mulheres: ora associadas ao pecado e à desordem, ora idealizadas como santas, puras e submissas.

A vinculação entre feminilidade e pecado remonta à narrativa bíblica de Gênesis, na história de Adão e Eva. Ao transgredir a ordem divina e comer o fruto proibido, além de induzir Adão a fazer o mesmo, Eva é apresentada como responsável pelo pecado original e, simbolicamente, pela queda do Paraíso. Essa leitura consolidou, na tradição cristã, uma imagem da mulher como origem da falta e da vulnerabilidade humana, influenciando profundamente as representações femininas na cultura e na literatura medievais.

Nesse cenário, as mulheres tendem a ser marcadas negativamente no imaginário medieval. De acordo com José D'Assunção Barros (2004), o imaginário pode ser entendido como um sistema complexo e interativo de produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais que integra diferentes sistemas simbólicos e contribui para a construção de múltiplas representações. A História do Imaginário, por sua vez, concentra-se em padrões de representação, repertórios de símbolos e imagens, bem como em suas interações com a vida social e política, incluindo o papel de cerimônias e rituais. Para o autor, o imaginário medieval assume tal densidade que se torna uma realidade concreta no modo como organiza percepções e práticas sociais.

Entretanto, essa imagem predominantemente negativa da mulher acabava por afastá-la do discurso cristão ortodoxo. Duby (2013) observa que, a partir do século XII, a estigmatização da figura feminina como “mulher-Eva” criou um distanciamento em relação à Igreja e abriu margem para a adesão a discursos heréticos. Nesse contexto, o culto à Virgem Maria foi intensificado como estratégia de reaproximação das



mulheres ao Cristianismo. Maria, apresentada como mãe de Deus, virgem e esposa, tornou-se um modelo capaz de dialogar com diferentes fases e experiências da vida feminina, oferecendo às jovens, às esposas e às mães uma figura com a qual pudessem se identificar.

A valorização do ideal mariano também se relaciona a transformações mais amplas da sociedade medieval, marcadas por crescimento econômico, melhorias nas técnicas agrícolas, redução da fome e da mortalidade. Esse contexto favoreceu o aparecimento de novas representações femininas na literatura (Zierer, 2017).

Desse modo, percebe-se que elementos do imaginário medieval foram posteriormente mobilizados para sustentar práticas coloniais no Brasil, por meio da reprodução de um universo simbólico e religioso que reforça o controle patriarcal sobre as mulheres. A dicotomia entre a mulher-pecadora, figurada em Eva, e a mulher-santa, idealizada na Virgem Maria, serviu de base para a construção de padrões opressivos na sociedade colonial, orientando mecanismos de repressão e vigilância sobre a sexualidade, o comportamento e a autonomia feminina. Ao mesmo tempo, esse imaginário impregnou a moral e a cultura brasileiras, legando um repertório simbólico que ainda hoje influencia a forma como o feminino é representado e regulado.

2.2 MULHERES - EVA NO BRASIL COLONIAL

No início da colonização, as primeiras mulheres que habitavam o território que viria a ser o Brasil eram as indígenas. Entretanto, os colonizadores as perceberam a partir de uma lógica profundamente etnocêntrica, estruturada pelos interesses de conquista territorial e de conversão religiosa ao cristianismo. As narrativas e relatos produzidos sobre o cotidiano ameríndio foram, em grande medida, moldados para legitimar a dominação colonial: os povos indígenas eram descritos como bárbaros, próximos da animalidade ou mesmo como seres demoníacos submetidos ao mal, representações que serviam para justificar a subjugação e a “correção” de seus modos de vida (Priore, 2004).

Nesse contexto, a colonização difundiu a ideia de que, por meio da catequese e da própria ação colonizadora, os indígenas poderiam abandonar um suposto estado “primitivo” e alcançar a “civilização”, segundo parâmetros cristãos europeus. O preconceito e a imposição cultural atuavam, assim, como filtros que distorciam e desvalorizavam ritos, mitos e tradições indígenas, negando-lhes legitimidade e impondo uma lógica externa. No caso específico das mulheres indígenas, a nudez feminina passou a ser recorrentemente associada à lascívia e à luxúria no olhar europeu. Em contraposição a essa perspectiva, o viajante francês Jean de Léry argumentava que os adornos e roupas das europeias (enfeites elaborados, cabelos trabalhados, golas de renda, saias volumosas como anquinhos e sobressaias) podiam ser mais sedutores aos olhos masculinos do que a nudez direta das ameríndias. Claude d’Abbeville reforçou essa



observação ao afirmar que, mesmo nuas, as indígenas demonstravam recato e discrição, sem gestos, palavras ou comportamentos que provocassem escândalo público (Priore, 2004).

Com o avançar da colonização, o espaço foi ocupado também por mulheres europeias e africanas escravizadas, compondo um mosaico de experiências femininas submetidas a diferentes formas de controle. As mulheres brancas, embora socialmente mais valorizadas, viviam sob rígidos controles morais, sociais e religiosos, ancorados em um modelo patriarcal herdado da Europa medieval. Sua sexualidade, comportamento e circulação social eram intensamente vigiados por maridos, pais e pela Igreja, que difundiam padrões opressivos de feminilidade. Mesmo não sendo estigmatizadas da mesma forma que indígenas e africanas escravizadas, sua voz e autonomia eram limitadas, e a vigilância masculina era constante.

As indígenas continuavam a ser alvo de forte estigmatização: sob a ótica colonial, sua nudez e seus modos de vida eram constantemente reinterpretados como sinais de imoralidade, lascívia e desregramento, servindo de base para justificar a catequese e a “civilização” forçada. Já as mulheres escravizadas enfrentavam uma dupla exploração, atravessada pelo racismo e pela condição de cativas. Além de sobrecarregadas pelo trabalho forçado nas fazendas e nas casas, eram submetidas a um controle brutal e instrumentalizado, frequentemente desumanizadas e privadas de qualquer autonomia. A violência física e sexual constituía elemento estrutural de sua experiência cotidiana.

Entre as categorias femininas consideradas mais condenáveis, destacava-se a das mulheres em situação de prostituição. No Brasil colonial, a prostituição foi progressivamente enquadrada como prática pecaminosa, alvo de críticas de homens e mulheres tidos como “de bem” e, sobretudo, dos discursos religiosos da Igreja. Havia, contudo, uma contradição inerente a essa condenação: enquanto era moralmente reprovada, muitas mulheres recorriam à prostituição como estratégia de sobrevivência frente à exploração e às duras condições de vida. Em alguns casos, senhores obrigavam escravizadas a se prostituírem, apropriando-se economicamente de seus corpos (Silva, 2014). A prostituição frequentemente assumia uma dimensão coletiva e familiar, com mães e filhas exercendo o mesmo ofício, o que evidencia o laço social e econômico imposto pela pobreza. Muitos homens eram coniventes com essa situação. Essa ambiguidade reflete a própria atitude cristã em relação à prostituição, historicamente ora combatida, ora tolerada, o que revela a complexidade da moral religiosa diante da realidade social.

Outro eixo importante de estigmatização recaía sobre a associação entre sexualidade e feitiçaria. Acreditava-se que as bruxas influenciavam o campo afetivo por meio de poções e encantamentos. As leis proibiam que mulheres preparassem misturas destinadas a manipular sentimentos alheios. Ainda assim, antes da chegada efetiva do Santo Ofício, na década de 1590, supostas feitiçeiras atuavam com relativa visibilidade em Salvador, oferecendo cartas, fórmulas e poções para conquistar afetos ou reacender paixões. Priore (2004) menciona, por exemplo, Isabel Rodrigues, que vendia fórmulas escritas para suscitar amor, e



Antônia Fernandes Nóbrega, que elaborava beberagens complexas com cabelo, unhas e palavras encantadas para amansar desafetos ou despertar o amor de maridos.

Esse cenário se insere em uma tradição cristã ambígua em relação à magia, já observada desde a Idade Média. Embora a Igreja reconhecesse positivamente o maravilhoso sob a forma de milagres e dons divinos, condenava severamente a magia associada a forças demoníacas, vista como obra do diabo. Nesse quadro, as mulheres foram frequentemente ligadas ao universo do oculto e da feitiçaria, consideradas, por uma visão cultural e religiosa misógina, mais propensas à prática de magias proibidas, ilusórias e malignas. Tal associação reforçava a ideia de que, em razão de uma suposta natureza pecadora ou misteriosa, as mulheres buscariam o sobrenatural para realizar desejos “fúteis” ou obter vantagens pessoais, de modo perigoso e pecaminoso aos olhos da Igreja.

Diante do exposto, observa-se que a sexualidade feminina no Brasil colonial era rigidamente regulada por normas misóginas, que visavam reprimir as expressões de desejo das mulheres. Nesse contexto, elas podiam se submeter aos padrões opressivos ou responder a eles por meio da sedução e da transgressão, em diferentes níveis. Uma dessas formas de resistência e proteção consistiu em buscar amor e afeto em relações com outras mulheres. Entretanto, a homossexualidade, denominada à época “sodomia”, era severamente proibida e punida com penas extremas, que podiam incluir a fogueira e o confisco de bens pela Coroa. A legislação previa sanções tanto para homens quanto para mulheres envolvidos em atos considerados “contra a natureza”. Apesar dessa repressão oficial, registros da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, na década de 1590, documentam 29 mulheres acusadas de práticas homossexuais o que demonstra que, mesmo sob intenso controle patriarcal, algumas mulheres ousavam desafiar as normas impostas, inscrevendo no cotidiano colonial experiências que escapavam ao modelo restrito da feminilidade cristã (Priore, 2004),

2.3 O MODELO DE MULHER IDEAL NO BRASIL COLONIAL

O sistema patriarcal dominante nas fazendas do Brasil colonial caracterizava-se pela concentração de poder e de propriedade nas mãos do pai e marido, proprietário exclusivo da terra, da esposa, dos filhos e das pessoas escravizadas. Esse homem detinha autoridade inclusive sobre a vida e a morte daqueles considerados seus bens, ocupando a posição central na hierarquia social. Nesse contexto, às mulheres era reservado um papel subordinado e restrito: elas eram alvo de controle rigoroso não apenas pelas leis civis e eclesiásticas, frequentemente severas, mas também pela vigilância permanente de familiares masculinos (pais, irmãos, tios, tutores) e por uma coerção cultural e social apoiada em costumes profundamente misóginos (Silva, 2014).

O objetivo central desse controle era reprimir e domesticar a sexualidade feminina, uma vez que o desejo “desregrado” das mulheres era percebido como ameaça ao equilíbrio da vida doméstica, à segurança



dos grupos sociais e à ordem das instituições civis e religiosas. A Igreja, detentora de grande poder normativo, exercia intensa pressão para “adestrar” a sexualidade feminina, apoiando-se na ideologia da superioridade masculina, que legitimava o direito do homem de exercer autoridade sobre as mulheres. Desse modo, consolidava-se um modelo de feminilidade com pouca margem de autonomia, em que a mulher deveria viver sob constante vigilância e controle para garantir a manutenção da ordem patriarcal.

De acordo com Priore (2004), a maioria das meninas no Brasil colonial não frequentava a escola; aprendia-se sobre comportamento, recato e controle da sexualidade sobretudo no espaço doméstico, por meio de brincadeiras, confidências e conselhos trocados com mulheres próximas, como criadas e parentes. As mães, preocupadas com o despertar sexual das filhas, incentivavam práticas destinadas a enfraquecer os desejos, preparando-as para o casamento, que podia ocorrer já por volta dos 12 anos ou até antes, caso se julgasse haver maturidade suficiente. O matrimônio, decidido pelo pai, tornava-se motivo de ansiedade quando não se concretizava até os 14 ou 15 anos. Desde muito cedo, portanto, a sexualidade feminina era objeto de domesticação e repressão, com a Igreja procurando controlar inclusive os pensamentos e sentimentos das mulheres (Priore, 2004).

Após esse processo de repressão do desejo e das sensações, a jovem ingressava no casamento, muitas vezes com um homem significativamente mais velho. A partir de então, o marido assumia autoridade plena sobre a esposa, passando a ser considerado seu senhor. A influência da Igreja continuava a incidir sobre a vida do casal, alcançando também a esfera sexual: normas rígidas proibiam excessos e qualquer manifestação explícita de erotismo. Assim, mesmo no interior do casamento, a sexualidade da mulher permanecia fortemente controlada e limitada, em consonância com ideais moralistas e patriarcais vigentes na sociedade colonial.

Na sequência do casamento, a maternidade surgia como ápice da trajetória feminina socialmente valorizada. Ao tornar-se mãe, a mulher assumia um papel honrado e central, associando-se a uma imagem idealizada que a afastava da figura negativa de Eva e a aproximava da Virgem Maria, modelo de pureza, obediência e maternidade devota, evocado em diversos cultos a santas ligadas à fecundidade e ao cuidado. No entanto, essa experiência não se dava em plena liberdade: a intervenção masculina, especialmente por meio da medicina, buscava controlar e racionalizar o corpo e a fertilidade femininos, reforçando a dependência da mulher em relação ao conhecimento e ao poder masculinos, inclusive quanto ao funcionamento e às doenças do corpo feminino (Priore, 2004).

A desconfiança masculina em relação às esposas também era recorrente. Esperava-se que elas reprimissem sua sexualidade e a manifestassem apenas de maneira recatada no âmbito conjugal. Em contraste, os homens desfrutavam de uma vida sexual mais liberal, frequentemente tolerada pela Igreja e pelo Estado.



Para garantir o controle do comportamento feminino durante a ausência dos maridos, difundiu-se o uso dos recolhimentos femininos, isto é, conventos e instituições similares nas quais as mulheres eram enclausuradas temporária ou permanentemente. Em muitos casos, porém, essa forma de vigilância assumia caráter abertamente degradante. Há registros de mulheres mantidas em recolhimentos por longos períodos, sem qualquer prova de infidelidade, como em Salvador, onde algumas permaneceram décadas enclausuradas simplesmente porque seus maridos as deixaram ali ao retornar a Portugal (Priore, 2004).

Assim, o ideal da “mulher honrada”, aproximado da figura mariana, era sustentado por dispositivos concretos de confinamento, vigilância e controle, que limitavam de modo severo a liberdade e as experiências das mulheres no Brasil colonial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória analisada neste artigo evidencia que a construção social dos papéis de gênero no Brasil não pode ser compreendida sem considerar a longa duração de um imaginário cristão que, desde a Idade Média, organiza a figura feminina em torno da oposição entre Eva e Maria. Ao mostrar como essa dicotomia simbólica foi apropriada na sociedade colonial, percebe-se que o modelo medieval não foi simplesmente transplantado, mas reelaborado em função das necessidades de um regime patriarcal e escravista que dependia do controle estrito do corpo e da sexualidade das mulheres para manter a ordem social, econômica e moral da colônia. A categoria de “mulheres-Eva” serviu para enquadrar e punir a prostituição, a feitiçaria e a homossexualidade feminina, enquanto o ideal mariano legitimou a exaltação da esposa recatada e da mãe devota, reforçando a submissão feminina ao poder masculino e eclesiástico.

Ao ampliar o olhar para o Brasil contemporâneo, observou-se que esse mesmo repertório simbólico continua operante como um dispositivo de memória que sustenta discursos normativos sobre o que é ser “boa mulher”, “boa mãe” ou “mulher de fé”. Mesmo em um contexto marcado pela emergência de movimentos feministas, pela posituação de direitos na legislação e pela diversificação das experiências religiosas, a oposição entre mulher-pecadora e mulher-ideal persiste em sermões, práticas devocionais, representações midiáticas e discursos morais que insistem em associar o valor feminino à pureza sexual, à maternidade abnegada e à obediência. Ao mesmo tempo, a análise mostra que esse imaginário não é estático: mulheres e grupos diversos se apropriam das figuras de Maria e de Eva para ressignificá-las, seja enfatizando a força, a coragem e a agência de Maria em lugar da mera submissão, seja reinterpretando a transgressão de Eva como gesto de curiosidade, desejo de conhecimento ou recusa à obediência cega. Assim, o mesmo repertório que legitima hierarquias de gênero também fornece recursos simbólicos para sua contestação.

Desse modo, a ponte traçada entre Idade Média, Brasil colonial e Brasil contemporâneo permite compreender as continuidades e rupturas na forma como os corpos e as sexualidades femininas são



representados, regulados e vividos. Ao evidenciar que modelos de gênero profundamente enraizados continuam a moldar tanto discursos religiosos quanto práticas sociais, o estudo contribui para desnaturalizar a associação entre feminilidade, pureza e submissão, mostrando-a como produto histórico de longa duração. Ao mesmo tempo, ao iluminar as ressignificações contemporâneas do ideal mariano e da figura de Eva, aponta-se que a disputa em torno desses símbolos permanece aberta, oferecendo possibilidades para a construção de novas narrativas sobre as mulheres.



REFERÊNCIAS

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1995.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História:** Especificidades e Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASTILHO, M. A. ; SILVA, L. F. . Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 12, p. 257-279, 2014.

DUBY, Georges. **Damas do século XII.** Tradução: Paulo Neves e Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. (Org.). **História da vida privada, 2: da Europa feudal à Renascença.** Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LE GOFF, Jacques; Truong, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média.** Tradução de Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **História e memória.** 7º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média.** – 5ed. – São Paulo. Editora Contexto. 2002.

PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL. Confissões da Bahia, 1591-1593. São Paulo: Ed. F. Briguiet, 1935. p. 206-209.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil.** 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ZIERER, Adriana. **Cavalaria e Nobreza:** entre a História e a Literatura. Maringá: Eduem, 2017.